

Julho de 2026

129

BIODIVERSIDADE

SUSTENTO E CULTURAS



**AMÉRICA LATINA SE MOBILIZA
CONTRA A EDIÇÃO GÊNICA**

Biodiversidade, sustento e culturas é uma publicação trimestral da **Alianza Biodiversidad** orientada a informar e debater sobre a diversidade biológica e cultural para o sustento das comunidades e culturas locais. O uso e a conservação da biodiversidade, o impacto das novas biotecnologias, patentes e políticas públicas são parte da nossa cobertura. Inclui experiências e propostas na América Latina, e busca ser um vínculo entre aqueles que trabalham pela gestão popular da biodiversidade, da diversidade cultural e do autogoverno, especialmente das comunidades locais: mulheres e homens indígenas e afro-americanos, camponeses, pescadores e pequenos produtores.

Organizações coeditoras

Acción Ecológica
notransgenicos@accionecologica.org
Anafae
octavio.sanchez@yahoo.com
Base-Is
mpalau@baseis.org.py
Campana de la Semilla
de La Vía Campesina – Anamuri
internacional@anamuri.cl
Centro Ecológico
serra@centroecologico.org.br
CLOC-Vía Campesina
secretaria.cloc.vc@gmail.com
Colectivo por la Autonomía
erobles_gonzalez@hotmail.com
GRAIN
grain@grain.org
Grupo ETC
grupoetc@etcgroup.org
Asociación Civil Salud Socioambiental
asocivilsaludsocioambiental@gmail.com
Grupo Semillas
semillas@semillas.org.co
Red de Coordinación en Biodiversidad
rcbcostarica@gmail.com
REDES-AT Uruguay
biodiv@redes.org.uy

Comitê Editorial

Maria José Guazzelli, Brasil
Leonardo Melgarejo, Brasil
Fabián Pachón, Colômbia
Germán Vélez, Colômbia
Silvia Rodríguez Cervantes, Costa Rica
Henry Picado, Costa Rica
Camila Montecinos, Chile
Francisca Rodríguez, Chile
Elizabeth Bravo, Equador
Xavier León, Equador
Ma. Fernanda Vallejo, Equador
Octavio Sánchez, Honduras
Evangeline Robles, México
José Godoy, México
Silvia Ribeiro, México
Verónica Villa, México
Marielle Palau, Paraguai
Martín Drago, Uruguai
Mariano Beltrán, Uruguai
Mauro Failo, Argentina

Administração

Fundación ProDefensa
de la Naturaleza y sus Derechos

Edição

Ramón Vera-Herrera
constelacion50@gmail.com

Desenho e formatação

Beatriz Godoy
bea.go.be@gmail.com

Editorial: Apagando a humanidade, a naturalidade	1
Estratégias latino-americanas frente à edição gênica Biodiversidade	2
Declaração latino-americana em defesa das sementes, da biodiversidade e da soberania alimentar frente à edição gênica Múltiplas organizações, comunidades e movimentos	6
A nova disputa pelas sementes. Edição gênica na América Latina: entre a promessa da inovação e a defesa da soberania alimentar Natalia Santamaría	10
Cinquenta anos da Declaração de Argel: O crime principal é o silêncio diante do crime José Godoy e Evangelina Robles (Colectivo por la Autonomía)	16
Ameaça para o campo: uma nova banana transgênica Elizabeth Bravo	18
Aqui NÃO! Grito de alerta e resistência contra a instalação de uma fábrica de produção de amônia em Topolobampo, Sonora, México Biodiversidade com informações de desinformemonos.org	19
Abortos espontâneos e hipotireoidismo em populações rurais argentinas rodeadas de cultivos pulverizados com agrotóxicos Damián Verzeñassi, Facundo Fernández, Daniela Madanes, María Agustina Etchegoyen, Guillermo E. Hough, Alejandro Vallini	22
Honduras e a situação de violência sem fim Biodiversidade, com informações de Octavio Sánchez e ANAFEA	23

As fotos desta edição foram tiradas principalmente por Natalia Santamaría (Acción Ecológica) e Leonardo Melgarejo. Eles conseguiram capturar todo o processo, geralmente invisível, das oficinas, que são espaços para conversa e compreensões compartilhadas. Essas oportunidades que se abrem em um espaço reduzido ou em uma fileira de bancos crescem através dos fios que se cruzam entre os participantes. As fotos aqui apresentadas foram tiradas no Encontro Latino-Americano “Edição Gênica na América Latina: Ameaças e Estratégias”, que aconteceu no início de junho de 2026 na Universidade Andina Simón Bolívar, em Quito, Equador.

Outras fotos, como as dos acampamentos de saúde na Argentina, são de responsabilidade do INSSA. Outras ainda, como as de Topolobampo, Sonora, México, foram retiradas do próprio relatório de Gloria Muñoz Ramírez no desinformemonos.org. Os cartazes do Tribunal Permanente dos Povos fazem parte do acervo histórico da Fundação Lelio Basso. As ilustrações que aludem à edição gênica provêm do livro recém-publicado “Edição Gênica na América Latina: Perigos, Armadilhas e Problemas”, coordenado por Silvia Ribeiro e de autoria de Natalia Bajsa, Elizabeth Bravo, Fernando Frank, Lis García, Maria José Guazzelli, Leonardo Melgarejo, Ekaterina Papusheva, Anne Petermann, Henry Picado, María Elena Rozas, Lucy Sharratt e Germán Vélez. As fotos de Honduras foram tiradas há 12 anos por Henry Picado.

Estamos particularmente preocupados com a perseguição desencadeada em Honduras contra os povos indígenas e sua recente escalada. Embora tenhamos incluído um artigo sobre a situação na página 23, após a leitura completa da revista constatamos que existem outros episódios de violência que merecem ser destacados. A verdade é que, como Sara Aminiyan destaca em “San Juan, tierra ancestral y asediada del Caribe: la comunidad garífuna de Honduras resiste al despojo”, no desinformemonos.org, “No início de julho, a polícia invadiu à força, segundo diversas organizações no local, usando espancamentos e tiros, a comunidade Garífuna de San Juan, localizada na costa caribenha de Honduras. San Juan não é um assentamento recente em terras vazias, mas sim um território habitado por uma comunidade que trabalha suas terras há décadas e as reivindica do governo hondurenho como parte de seu território ancestral.”

“Em 2023, a Corte Interamericana de Direitos Humanos condenou Honduras por não reconhecer plenamente esse território e por não garantir o direito da comunidade Garífuna à sua propriedade.” A decisão judicial ordenou especificamente a entrega de um título de propriedade coletivo para terras alternativas ou o pagamento da indenização correspondente, a publicação da sentença e seu resumo, a resolução dos recursos judiciais e administrativos pendentes e a criação de um fundo para projetos relacionados à educação, moradia, alimentação, saúde, água potável e saneamento. Quase três anos depois, e com uma mudança de governo nesse meio tempo, a comunidade afirma que o Estado, sob nenhuma das administrações, cumpriu quase nenhuma das ordens.”

“As autoridades sabem que este território tem uma decisão da Corte Interamericana em favor do povo Garífuna, mas a ignoram e aceitam denúncias de particulares, e legalizam a compra de terras que pertencem ao povo Garífuna”, denuncia Yessica, membro da Organización Fraternal Negra Hondureña (Ofraneh). Para mais informações, consulte a matéria sobre Honduras incluída na revista Biodiversidade, Sustento e Culturas, edição número 82, de outubro de 2014.

Agradecemos o apoio da Thousand Currents, Heks e do Fundo Agroecológico. Somos sempre gratos a Carlos Vicente pela sementeira que continua a florescer.

A tradução para português foi realizada pelo Centro Ecológico

Apagando a humanidade, a naturalidade

Os povos da América Latina nos mobilizamos de forma contundente contra a edição gênica porque entendemos que ela é um dos instrumentos mais recentes dessa abordagem brutalista usada por governos, corporações, aparatos militares, centros de pesquisa cooptados, crime organizado e a indústria armamentista para impor o controle mais total possível sobre a humanidade — e sobre a Natureza.

Quando dizemos natureza, surge uma torrente de raciocínios: eles realmente pensam que esse controle é mais fácil de consolidar-se caso a natureza deixe de ser uma variável. Em outras palavras, querem impor em todos os lugares e em todos os momentos, apenas seus desígnios, as decisões tomadas por essas instâncias e, dentro delas, por algumas poucas pessoas escolhidas, contra o conjunto de seres vivos do planeta.

Esses entes (seria demais chamá-los “do mal”?) buscam erradicar toda a humanidade que os estorve, e os estorva cada pessoa que não é considerada integrante das “raças permitidas”, toda pessoa que questione ou critique o jugo imposto, toda pessoa que habite o território cobiçado, toda pessoa que não se submeta a ser mão de obra escravizada.

Será que seus autoproclamados líderes e visionários querem dispor do planeta como se ele não tivesse entretido com toda a humanidade que eles desprezam? Será que eles realmente acreditam que o artificial, não importa quantas credenciais ostente, pode substituir o fio histórico que teceu o natural até agora?

Será que confiam plenamente na propaganda de uma ciência ávida por fundos para seus projetos exagerados?

Seus personagens vão se tornando cada vez mais vilões de histórias em quadrinhos, e seus discursos, suas falas, correspondem a esse totalitarismo que exclui qualquer raciocínio que não venha do soberano.

A incapacitação é um dos métodos mais devastadores que o capitalismo utiliza para subjugar populações inteiras à dominação corporativa com modelos de laboratório (ou de escritório de design) que, na realidade, representam um enorme desperdício do planeta que habitamos, incluindo as próprias comunidades.

Desde essas comunidades — que se apoiam na memória ancestral, que é a história viva entrelaçada nas relações com seus cultivos, com suas sementes, com seus processos de formação e seus cuidados meticulosos com a mata e a água — toda essa força destrutiva que atropela e mata, buscando varrer tudo com cansaço e decepção (por terem se visto refletidas tantas vezes), contém em si uma espécie de suicídio. Esse suicídio inclui genocídios permanentes em curso, como os abomináveis genocídios na Palestina e no Líbano, mas também no Congo, no Saara, em Honduras e o processo de estrangulamento que os Estados Unidos impõem a Cuba, à Venezuela e à América Latina em geral. Há um rastro contínuo de morte que os poderes constituídos estão desesperados para impor a fim de crescer e se multiplicar. Um grande paradoxo, pois seu caminho leva ao abismo.

O caminho dos povos, por outro lado, defenderemos incansavelmente. É um caminho de afeto e força, de cuidado e de visão de futuro que, como afirmou o Processo de Nyéléni, no ano passado em Kandy, Sri Lanka, envolve “articular a diversidade sem perder de vista o horizonte comum”. E isto, felizmente, é inegociável.



ESTRATÉGIAS LATINO-AMERICANAS FRENTE À EDIÇÃO GÊNICA

2

Convocado por Acción Ecológica, Alianza Biodiversidad e CLOC-Via Campesina, o Encontro Latino-Americano "Edição Gênica na América Latina: Ameaças e Estratégias" foi realizado nos dias 1º e 2 de junho de 2026, na Universidade Andina Simón Bolívar. Representantes de organizações camponesas, ambientais, acadêmicas, de direitos humanos e de movimentos sociais de diversos países da região participaram para analisar o avanço dessas novas tecnologias e construir respostas coletivas aos seus impactos sobre a biodiversidade, as sementes, os territórios e a soberania alimentar.

Redes de sementes, movimentos sociais, organizações ambientais, centros de pesquisa, instituições acadêmicas, os Institutos Latino-Americanos de Agroecologia (IALA), profissionais do direito e indivíduos envolvidos em processos

de educação popular e comunicação se reuniram. A diversidade de experiências permitiu a construção de um amplo panorama regional sobre a edição gênica e os problemas que ela representa para os sistemas alimentares, a biodiversidade e os direitos coletivos. O entendimento sobre a edição gênica foi aprofundado e houve troca de informações sobre contextos nacionais e estratégias regionais de pesquisa, formação, comunicação e advocacia.

Durante o primeiro dia, ficou claro que a edição gênica segue a mesma lógica dos cultivos transgênicos, enquanto os processos regulatórios deslanchados em vários países tentam promover a ideia de que a edição gênica se "distancia" da transgenia e produz organismos convencionais. As apresentações destacaram o crescente volume de pesquisas e tecnologias, muitas vezes carentes de mecanismos adequados para informação pública, rastreabilidade ou participação cidadã.

Os impactos sobre as sementes camponesas, a biodiversidade agrícola e o aumento do uso de agrotóxicos também foram analisados.

A edição gênica foi posicionada como parte de um processo mais amplo de espoliação do campesinato. Não se trata apenas da modificação de alguns genes, mas da substituição de milhares de anos de relação entre as comunidades e seus cultivos, processos coletivos e intergeracionais construídos em territórios concretos, por intervenções concebidas em laboratórios corporativos.

Na perspectiva dos direitos, observou-se que tratar os organismos editados como variedades convencionais viola o direito de agricultores e consumidores de saber o que plantam e o que comem, e o direito das comunidades camponesas e indígenas à consulta livre, prévia e informada, reconhecido na Declaração dos Direitos dos Camponeses (Artigo 19).

Juan Orbes, integrante da Unión de Organizaciones Campesinas e Indígenas de Cotacachi (Unorcac).
Foto: Leonardo Melgarejo



O encontro assumiu uma dinâmica de intercâmbio regional, no qual 76 representantes de delegações da Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Nicarágua, Equador, El Salvador, Guatemala, Honduras, México, Paraguai, Peru e Uruguai compartilharam experiências, regulamentações, pesquisas e processos de resistência relacionados à edição gênica em seus territórios. A metodologia permitiu identificar semelhanças, diferenças e tendências regionais, bem como a construção de um panorama regional onde foram destacadas as diversas estratégias promovidas por organizações e movimentos sociais.

Na **Argentina**, os cultivos transgênicos e, agora, a edição gênica, têm se beneficiado de autorizações repletas de opacidade, baseadas em informações fornecidas pelas próprias empresas interessadas em comercializar a tecnologia. O objetivo é consolidar um sistema agroalimentar regional dependente de monocultivos, pacotes tecnológicos e controle corporativo de sementes. As novas tecnologias genéticas são incorporadas à "mesma lógica de intensificação produtiva que caracterizou o modelo agroindustrial das últimas décadas".

Na **Bolívia**, a biotecnologia é promovida como uma solução para aumentar a produtividade agrícola, enfrentar a crise climática, controlar pragas e combater a fome. Nessa abordagem, promove-se a incorporação de tecnologias genéticas em culturas como milho, trigo, algodão, cana-de-açúcar e soja. Questionou-se a ideia de que a edição gênica constitui uma solução para a fome ou para os problemas de produção. Essas tecnologias devem ser compreendidas no contexto de uma disputa mais ampla pelo controle das sementes e dos sistemas alimentares.

Do **Brasil**, foi destacada a estreita relação entre as novas tecnologias genéticas, a expansão do agronegócio e a influência de grandes corporações agroindustriais no desenvolvimento dessas ferramentas. Há preocupação com os potenciais impactos sobre a biodiversidade agrícola e com a crescente convergência entre biotecnologia e inteligência artificial.

O **Chile** "tem sido uma das referências regionais na adoção precoce de marcos regulatórios relacionados a novas tecnologias genéticas. Esses processos envolveram debates persistentes sobre sementes, propriedade intelectual e controle corporativo dos recursos genéticos. A edição gênica não pode ser analisada isoladamente, mas sim como parte de transformações mais amplas que afetam a agricultura, a biodiversidade e os direitos das comunidades rurais."

Na **Colômbia**, a coexistência está presente e envolve tecnologias agrícolas promovidas por setores empresariais e de pesquisa que coexistem com uma importante diversidade biológica e cultural. Além disso, as discus-



Elizabeth Bravo. Foto: Natalia Santamaría



Explicando no encontro. Foto: Natalia Santamaría

sões sobre edição gênica ocorrem em um contexto marcado por profundas desigualdades territoriais e pela necessidade de fortalecer os mecanismos de proteção da biodiversidade e das sementes camponesas.

Grande parte do debate nacional na **Costa Rica** está ligada à resolução de problemas fitossanitários que afetam culturas estratégicas para a economia do país. "Um dos principais desafios é diferenciar entre as promessas associadas às novas tecnologias e as evidências disponíveis sobre seus resultados reais." As informações existentes são muito limitadas, "e há dificuldade em acessar avaliações independentes que permitam aferir seus potenciais impactos ambientais, econômicos e sociais."



Nas mesas temáticas do encontro latino-americano de edição gênica. Foto: Leonardo Melgarejo

O **Ecuador** enfrenta contradições entre sua regulamentação e o avanço da edição gênica. "O debate nacional se intensificou desde a adoção de procedimentos que permitem que certos organismos obtidos por meio de técnicas de melhoramento genético de precisão sejam classificados como organismos convencionais, possibilitando sua pesquisa, produção e comercialização em condições diferenciadas."

Em **El Salvador**, "a discussão sobre edição gênica ainda é relativamente recente, mas é preciso atentar para as mudanças regulatórias e tecnológicas que ocorrem no restante da região. É muito importante analisar a edição gênica sob uma perspectiva regional. Muitas das decisões relevantes são tomadas em fóruns internacionais ou em processos de harmonização regulatória que afetam simultaneamente diversos países."

A situação na **Guatemala** faz parte de "uma longa história de defesa de sementes, particularmente de milho, e de resistência a iniciativas legislativas ligadas à privatização de recursos genéticos". Há preocupação com "a crescente influência de mecanismos regionais de harmonização regulatória que podem facilitar a circulação de organismos geneticamente modificados

sem ampla consulta ou processos de avaliação em cada país". Dada a importância cultural, espiritual e nutricional do milho para as comunidades indígenas e camponesas da Guatemala, qualquer intervenção tecnológica que afete esta cultura tem implicações que vão muito além da esfera produtiva.

Em **Honduras**, observa-se uma crescente padronização das regulamentações que controlam tudo o que se relaciona a transgênicos. "Decisões" tomadas em um país podem ter repercussões em outros devido aos mecanismos regionais existentes para a circulação de materiais agrícolas e produtos biotecnológicos. Na América Central, Honduras é um dos países com maior presença de cultivos transgênicos, especialmente milho.

No **México**, "as disputas em torno dos organismos geneticamente modificados ocuparam um lugar central na agenda pública nas últimas décadas, gerando amplos processos de mobilização social, pesquisa independente e debate jurídico". A principal preocupação expressa é "a possibilidade de que a edição gênica seja usada para introduzir modificações genéticas em culturas de importância estratégica sem mecanismos claros para identificar, monitorar ou avaliar seus potenciais

A edição gênica foi posicionada como parte de um processo mais amplo de espoliação do campesinato. Não se trata apenas da modificação de alguns genes, mas da substituição de milhares de anos de relação entre as comunidades e seus cultivos, processos coletivos e intergeracionais construídos em territórios concretos, por intervenções concebidas em laboratórios corporativos.

impactos". É crucial evitar que novas tecnologias sejam apresentadas como alternativas completamente diferentes aos organismos geneticamente modificados tradicionais, quando compartilham múltiplas implicações relacionadas ao controle corporativo de sementes, propriedade intelectual e transformação dos sistemas agrícolas.

No **Paraguai**, os processos são semelhantes aos descritos na Argentina, Brasil e Bolívia. No entanto, o país adotou mecanismos que permitem a aprovação de produtos desenvolvidos por meio de edição gênica com base em avaliações destinadas a determinar se eles contêm ou não material genético exógeno.

No **Peru**, o debate ocorre em meio a uma moratória existente sobre organismos geneticamente modificados, resultado de anos de mobilização social, defesa política e construção de consenso sobre a necessidade de proteger a biodiversidade agrícola nacional. A principal preocupação reside na possibilidade de que a edição gênica seja interpretada ou regulamentada de forma diferente dos transgênicos tradicionais, gerando lacunas regulatórias que poderiam enfraquecer os mecanismos de proteção existentes. Há também preocupações com os potenciais impactos sobre os cultivos nativos e variedades locais que formam a base do patrimônio biológico e cultural do país.

A situação no **Uruguai** faz parte dos processos regionais associados ao modelo agroindustrial predominante no Cone Sul, embora apresente algumas peculiaridades regulatórias. Existe um gabinete nacional de biossegurança voltado para organismos vegetais, enquanto outros organismos modificados, como microrganismos ou animais transgênicos, carecem de mecanismos equivalentes de avaliação e controle.

O segundo dia foi dedicado ao desenvolvimento coletivo de estratégias regionais. As e os participantes reconheceram a importância de experimentar metodologias participativas, autogestionadas e criativas, e debateram propostas em torno de quatro eixos de atuação: pesquisa, formação, comunicação e incidência política.

As organizações participantes convergiram na necessidade de identificar prioridades e promover ações conjuntas que permitam fortalecer a defesa de sementes, dos saberes ancestrais, da agricultura camponesa e dos sistemas alimentares dos povos latino-americanos diante dessas tecnologias emergentes. Entre os principais pontos de concordância, destacou-se a necessidade de ampliar os processos de informação pública, fortalecer a capacidade de monitoramento cidadão, promover pesquisas independentes e consolidar estratégias de incidência e comunicação que coloquem o debate na agenda pública regional. ✎

01 A edição gênica apresenta desafios específicos para a pesquisa social, política e técnica. É necessário construir capacidades de pesquisa que permitam compreender não apenas os organismos obtidos por meio da edição gênica, mas também os processos políticos, econômicos e institucionais que estão impulsionando sua expansão.



02 A edição gênica não deve ser abordada como uma questão meramente técnica ou científica, mas como parte de debates mais amplos relacionados aos sistemas alimentares, às sementes, à agroecologia, à soberania alimentar e aos modelos de desenvolvimento agrícola. A formação é, portanto, uma ferramenta fundamental para fortalecer a compreensão crítica dessas tecnologias e suas implicações.



03 A complexidade técnica do tema representa uma barreira significativa para a compreensão pública e, em muitos casos, as narrativas promovidas pela indústria biotecnológica conseguem se posicionar com mais facilidade devido à simplicidade de suas mensagens.



04 A velocidade com que os processos regulatórios relacionados à edição gênica avançam exige o fortalecimento de mecanismos de monitoramento e defesa que permitam uma participação mais ativa de organizações sociais, camponesas, indígenas, ambientais e acadêmicas. Existem desafios comuns em diferentes países, incluindo a limitada transparência de alguns processos regulatórios, a dificuldade de acesso à informação pública e a escassa participação cidadã nos espaços de tomada de decisão. Diante desse cenário, foi destacada a importância de trocar informações, de identificar tendências regionais e de gerar ações coordenadas.



Com informações do Grupo de Comunicação da Alianza Biodiversidad e dos anais do Encontro Regional sobre Edição Gênica na América Latina

DECLARAÇÃO LATINO-AMERICANA

em defesa das sementes, da biodiversidade e da soberania alimentar frente à edição gênica

QUITO, JUNHO DE 2026



Foto: Leonardo Melgarejo

As organizações camponesas, indígenas, afrodescendentes, sociais, ambientais, acadêmicas e da sociedade civil da América Latina reunidas no *Encontro Latino-Americano: A Edição Gênica na América Latina, Ameaças e Estratégias*, realizado na Universidade Andina Simón Bolívar, em Quito, nos dias 1º e 2 de junho de 2026, para refletir sobre os impactos da edição gênica na agricultura e na alimentação, expressamos nossa preocupação e repúdio ao avanço destas tecnologias em nossos territórios.

01 A edição gênica faz parte de uma nova ofensiva tecnológica que busca impor controle sobre a vida, as sementes, os saberes e os territórios dos povos. É um modelo biotecnológico que menospreza a biodiversidade, os ecossistemas e os seres vivos, que os considera como meras matérias-primas a serem manipuladas de acordo com as necessidades de acumulação de capital, alterando os metabolismos,

ignorando os limites ecológicos, as escalas naturais e, em última instância, os direitos das comunidades que cuidaram e recriaram a biodiversidade por gerações.

Esses novos organismos geneticamente modificados visam manipular os cultivos camponeses e fazer desaparecer o campesinato, os povos originários e afrodescendentes, ao minar a relação que mantêm com os cultivos, as sementes e os modos de vida em

seus territórios, ameaçando, assim, a biodiversidade e o futuro do planeta.

02 Várias regulamentações latino-americanas se referem à edição gênica como “uma técnica de melhoramento de precisão”, e a indústria a apresenta como uma “solução verde e amigável” com o ambiente e os consumidores, embora não seja tão precisa e acarrete inúmeros riscos para a saúde de plantas, animais e



Foto: Natalia Santamaría



Foto: Natalia Santamaría

humanos, para os sistemas alimentares camponeses, para a segurança e soberania alimentar, e para a biodiversidade e o meio ambiente.

Diversas pesquisas científicas mostram que essas tecnologias podem gerar mutações inesperadas, perda de material genético, rearranjos genéticos e outras alterações imprevistas.

03 Se a modificação genética, como a conhecíamos, consistia na inserção de material genético de uma espécie alheia, aqui a indústria desfigura sementes, ou mesmo animais ou microrganismos, “editando” seus componentes, o que resulta na deformação desses organismos vivos. É importante entender que essa manipulação os torna equivalentes aos organismos transgênicos, e eles jamais poderão ser considerados convencionais.

A edição gênica em uma espécie provoca alterações diferentes daquelas que ocorrem na natureza ou por meio do melhoramento convencional, e suas consequências são pouco conhecidas. Em cultivos alimentares geneticamente editados, essas alterações poderiam modificar sua composição bioquímica e provocar a produção de toxinas e reações alérgicas com efeitos inesperados sobre a saúde.

04 Por se tratar de seres vivos cujo material genético foi editado e redesenhado artificialmente em laboratório, devem sempre ser submetidos a

avaliações de risco rigorosas e independentes, em conformidade com o princípio da precaução e com os compromissos estabelecidos no Protocolo de Cartagena, bem como com as proibições ou moratórias impostas aos organismos geneticamente modificados. Apresentá-los como organismos convencionais oculta seus potenciais riscos para a biodiversidade, os sistemas alimentares, a saúde humana e os ecossistemas, e limita o direito dos povos de tomar decisões informadas sobre tecnologias que afetam seus territórios e sua alimentação saudável.

05 É falso que essas técnicas sejam equivalentes ao melhoramento convencional ou ao trabalho histórico realizado por camponesas, camponeses, povos indígenas e comunidades locais. Os sistemas camponeses de seleção e conservação de sementes baseiam-se na observação, na diversidade biológica, no intercâmbio de conhecimentos e na adaptação contínua aos seus territórios. Esses são processos coletivos construídos ao longo de milhares de anos, associados à relação profunda e ancestral das comunidades com suas sementes e seus cultivos, que se vincula com uma espiritualidade que abrange todos os aspectos da vida.

06 As promessas da edição gênica são as mesmas que acompanharam os cultivos transgênicos: acabar com

a fome, aumentar a produtividade, reduzir o uso de agrotóxicos e enfrentar as mudanças climáticas. Após três décadas de expansão dos transgênicos, nada disso foi cumprido. A fome persiste, a degradação ambiental se aprofunda, a biodiversidade continua a diminuir e a agricultura está cada vez mais dependente de insumos externos, agroquímicos e sementes controladas por corporações.

07 A expansão da edição gênica ameaça diretamente as práticas camponesas de conservação, troca e reprodução de sementes, pois depende de tecnologias patenteadas e mecanismos de manipulação genética em laboratórios que alteram o modo natural como os processos biológicos ocorrem. Podem contaminar e alterar a composição de cultivos e sementes nativas, levar à perda da diversidade genética, ao abandono das variedades nativas pelas comunidades, e ao aprofundamento da dependência em relação às variedades comerciais e aos agrotóxicos em pacotes tecnológicos comerciais, contribuindo, assim, para a perda da soberania e da autonomia alimentar.

08 Sua falsa promessa é que permitirão o desenvolvimento de cultivos que exigem menos agrotóxicos e são adaptados às mudanças climáticas. Na realidade, fortalecem novas formas de propriedade intelectual



Foto: Natalia Santamaría

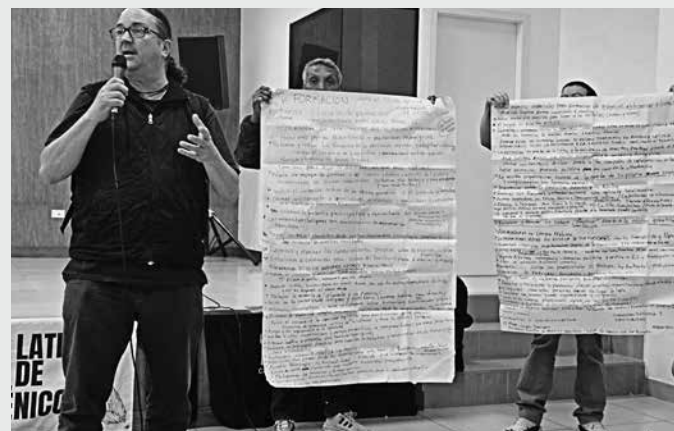


Foto: Natalia Santamaría

e de privatização das sementes, favorecendo que um pequeno número de corporações aumente seu controle sobre os sistemas alimentares. Os acordos de livre comércio promovem esta situação à medida que se expandem e/ou são renegociados na região, uma vez que incluem regulamentações de investimento e de propriedade intelectual que reforçam o controle corporativo sobre os alimentos.

09 Pelo menos dez governos latino-americanos promoveram a desregulamentação da edição gênica e abriram uma nova e mais perigosa etapa no avanço dos organismos geneticamente modificados. As empresas conseguiram que estes organismos fossem considerados culturas convencionais, e excluídos das avaliações e controles de biossegurança, bem como das proibições existentes em alguns países, sob o argumento de que não contêm material genético exógeno à espécie. Isso ocorreu inclusive em países como Equador e Peru, cujas regulamentações proíbem cultivos transgênicos e/ou geneticamente modificados, ou no Chile, onde tais cultivos não estão autorizados para o mercado interno.

10 Preocupa-nos igualmente que essas tecnologias estejam sendo aplicadas a microrganismos autorizados a serem libertados no ambiente, para serem utilizados como bioinsumos e para outros fins, sem que se respeitem as proibições ou regulamentações exigidas aos organismos geneticamente modificados.

11 Nenhuma tecnologia capaz de transferir genes de um lugar para outro pode substituir a complexidade dos processos ecológicos e culturais que sustentam a agricultura e a alimentação. Frente a essa nova ofensiva, reafirmamos que as verdadeiras soluções residem nas comunidades e na sua experiência intergeracional, na agroecologia, na soberania alimentar



e no fortalecimento dos sistemas de produção e de reprodução de sementes camponesas, indígenas e afrodescendentes.

Apelamos aos governos, instituições públicas, organizações intergovernamentais, organizações sociais, associações de produtores, universidades e cidadãos para:

* Rejeitar e proibir a edição genética e estabelecer a equivalência dos seus produtos com os transgênicos, dado que todos são organismos geneticamente modificados.

* Suspender a desregulamentação da edição gênica, garantir a aplicação do princípio da precaução e assegurar o direito à informação para produtores e consumidores.

* Garantir a plena realização dos direitos camponeses reconhecidos na Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Camponeses e de Outras Pessoas que Trabalham em Áreas Rurais (UNDROP), em particular os direitos relacionados à conservação, ao uso, à troca e à proteção das sementes camponesas. ✎



Somos as comunidades e os povos que continuaremos trabalhando de forma organizada, defendendo as sementes, os saberes e os territórios camponeses, com nossa capacidade coletiva para alimentar as pessoas e cuidar da vida. Faremos isso com uma agroecologia de raiz camponesa como ferramenta fundamental para a defesa dos cultivos e das sementes camponesas, da alimentação, da culinária e da soberania alimentar, bem como para a defesa dos territórios e da autonomia dos povos.

Acción Ecológica, African Centre for Biodiversity, Agapan-Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural, Aída Castilleja, Alianza Biodiversidad, Alianza por la Agrobiodiversidad-Colombia, Alianza por una Mejor Calidad de Vida de Chile, Anaíd Segura Cordova, Asamblea Indígena Campesina y Social (Anics), Asejús-Guatemala, Asociación Civil Mano a Mano Intercambio Agroecológico, Asociación Nacional de Empresas Comercializadoras de Productores del Campo, A.C. (Anec), Asociación Nacional para el Fomento de la Agricultura Ecológica (Anafae)-Honduras, Asociación para la Igualdad y el Desarrollo Ambiental Sustentable (Apidas AC), Asociación Sustentable por la Mujer de Morelos AC, Asomupes, Aula Verde A.C., Aya Hatariy - Nawi Kawsay (Mujeres que Sostienen la Vida), Banco de Semillas Tlaolli de la Comunidad de Popotlan Morelos, México, Base-Investigaciones Sociales-Paraguay, Campaña de la Semilla de Vía Campesina-Anamuri, Campaña Nacional Colombia Libre de Transgénicos, Campaña Nacional Sin Maíz No Hay País, Casa de Abejas, Casa Opuntia, Centro Agroecológico Longavi, CAEL, Centro de Estudios Interdisciplinarios en Agrobiodiversidad, Centro de Estudios para el Cambio en el Campo Mexicano (Ceccam), Centro de Investigaciones Interdisciplinarias para el Desarrollo Rural Integral, Centro de Reflexiones Nim Poqom, Centro Ecológico-Brasil, Centro Internazionale, Crocevia, Chile Mejor sin TLC, Clínica Ambiental-Amazonía Ecuador, Codecyt Colectivo Agroecológico del Ecuador, Colectivo COMCAUSA, Colectivo de Mujeres Campesinas de la Costa Grande de Guerrero, Mexico, Colectivo Eco Creando, Colectivo Intercambio de Semillas, Intercambio de Saberes Isis, Colectivo por la Autonomía-México, Colectivo Zacahuiztco, Colegio Nacional Transdisciplinario de Toxicología, Salud y Ambiente (Contratox) – México, Comisión de Derechos Humanos y Laborales del Valle de Tehuacán, Comité Ixtepecano en Defensa de la Vida y el Territorio, Comunidad en Acción-Bolivia, Comunidad Indígena Maihue, Confederación de Campesinos Agroecológicos del Ecuador, Consejo Ciudadano por el Agua de Yucatán, Consorcio Agroecológico Peruano, Contraloría Autónoma del Agua de Yucatán-México, Cooperación-Perú Cooperativa Utopía de los Bosques SC de CV. Coordinadora Agraria Nacional Ezequiel Zamora Canez, Coordinador Ecuatoriano de Agroecología, Coordinadora Latinoamericana de Organizaciones del Campo (CLOC-LVC), Coordinadora Nacional Campesina Eloy Alfaro Ecuador, ECOCREANDO, Ecofeminismo Río Negro, El Colegio de la Frontera Sur, El Jilote, Empalabrando Colectivo, Erica L. Hagman Aguilar, Renacer, Contratox, SILT, FPH- México, Escuela Campesina Agroecológica La Mucuy, Espacio Estatal en Defensa del Maíz Nativo de Oaxaca-México, Estephania Zuluhan – México, FASE - Solidariedade e Educação, FIAN México, Red por el Derecho humano a Alimentarse, Frente Emiliano Zapata para la Defensa del Ejido San Gregorio Atlapulco, Fundación Apaztle, Fundación ProDefensa de la Naturaleza y sus Derechos, Fundación Qhapaq Ñam, Fundación Semillas de Vida, Fundación Tierra Vermelha– Venezuela, GE Free New Zealand (Tai Tokerau), GRAIN, Grupo Alternativa por la Soberanía Alimentaria (GASA), Grupo de Apoyo para el Desarrollo de las Comunidades Mixes del Estado de Oaxaca, A. C., Grupo de Estudios Ambientales (GEA), Grupo de Trabajo Agroecología Política Clasco, Grupo ETC, Grupo Semillas-Colombia, GT Biodiversidade da Aliança Nacional de Agroecologia-Brasil, Guardianes de Semillas Nativas de Coya de Benítez, Guerrero – México, Huerta Polakas, Huerto de la UNACH, Huerto Toprak, Iniciativas para el Desarrollo de la Mujer Oaxaqueña (Idemo), Instituto de Altos Estudios Transdisciplinarios, Instituto de Estudios para la Democracia, Derechos Humanos y Sustentabilidad del Sur, Instituto de Investigación para el Desarrollo Social de Jujuy – Argentina, Instituto de Salud Socioambiental UNR Rosario Argentina, Instituto Superior Intercultural (AYUUK), Jardín Etnobiológico de Oaxaca, La Mayordomía del Agua, Laura Manavella, Leticia López Zepeda Integrante CNSMNHP, Ma Elena Álvarez-Buylla Rocas, Maela-Colombia, Mano a Mano Intercambio Agroecológico, María Cristina Gumí Zepeda, María Solís Sánchez egresada del INBAL México, Mariángela Petrizzo, Marisa Lanteri, Mateo Mier y Terán Giménez Cacho, Modatima Chile, Mosacat, Movimento Ciência Cidadã Brasil, Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), Movimento Agroecológico Colombiano (MACO), Movimiento de Mujeres Campesina Agrourbana y Pescadora, Multisectorial Paren de Fumigarnos-Santa Fé-Argentina, Mundo y Conciencia AC, Museo del Hambre-Argentina, Nancy Serrano Silva -Secihti México, Nido de Águila - Jardín Botánico, No al Puerto Espacial, Grupa Ambiente y Cultura la Esmeralda-Rocha, Núcleo Patagónico de Agroecología Gesaf (Grupo de Estudio de Sustentabilidad en Agroecosistemas Frutihortícolas, Olive Land for Rural and Agricultural Development (Olrad), ONG We Kimün, Organización Campesina Nuevo Lechugal-Ecuador, Organización Mapuche Lakutun, Partido Verde de Venezuela, Pierre.ùbeaucage-Montréal, Plan Pueblo a Pueblo, Plataforma América Latina y el Caribe Mejor sin TLC, Plataforma Gastronómicas, Productos Artesanales Oly, Propuesta Sur-Rosario (Argentina), Qu4nt, Raíces Nativas, Red Agroecológica del Austro-Ecuador, Red Agroecológica Loja, Red Construyendo Paz Latinoamericana -CoPaLa-, Red de Acción en Plaguicidas y sus Alternativas de América -RAP-AL, Red de Acción sobre Plaguicidas y Alternativas en México (Rapam) A.C., Red de Alternativas Sustentables Agropecuarias de Jalisco, Red de Coordinación en Biodiversidad de Costa Rica, Red de Escuelas Populares Agroecológicas Ezequiel Zamora (REPAEZ) -Estado Carabobo -Venezuela, Red de Guardianes de Semillas del Ecuador, Red de Instituciones de Educación con Programas y Procesos de Formación en Agroecología y Afines en Colombia (Iesac), Red de Semillas Libres de Colombia, Red en Defensa del Maíz-México, Red Huertera La Paz, Red Iberoamericana de Seguimiento a la Agenda 2030, Red Mexicana de Acción Frente al Libre Comercio (RIMALC), Red Nacional de Agricultura Familiar (Renaf-Colombia), Red Nacional de Comunidades Envenenadas en Resistencia (Renacer) – México, Red Nacional en Defensa de la Soberanía Alimentaria en Guatemala (Redsag), Red Plurinacional de Pueblos Fumigados- Argentina, Red por la Tierra, Red por una América Latina Libre de Transgénicos (RALLT), Red Socioambiental Amealco, Redes-Amigos de la Tierra-Uruguay, REEP Red por la Estructura Ecológica Principal, RENACER, Réseaux de jeunes engagés dans le Changement Climatique, Biodiversité, Flore et la Protection des Zones Humides, Revolución de las Conciencias, ROJECF RDC, Semillas de Mujeres para la Esperanza, la Vida y la Paz (SER-PAZ), Seminario de Investigación e Incidencia Transdisciplinaria, Simon Fraser University, Sintragrito, Sociedad Argentina de Agroecología, Sociedad Científica Latinoamericana de Agroecología (Socla), Taller de Comunicación Ambiental (Rosario), Tanya Romero, Tianguis Agroecológico de Xalapa, Tlalli Tierra Fertil, Tonalí de los Pochtecas de México A.C., Tribunal Internacional de Conciencia de los Pueblos en Movimiento (TICPM), UACO Ixtepec, UCP, UNAM, Unidad y Semillas Naturales, Unión de Científicos.

A NOVA DISPUTA PELAS SEMENTES

Edição gênica na América Latina:
entre a promessa da inovação
e a defesa da soberania alimentar

10

NATALIA SANTAMARÍA



David Paredes (Redsag, Guatemala).
Foto: Leonardo Melgarejo

*Quem decidirá
o futuro das
sementes e dos
alimentos na
região?*

Há lutas que começam muito antes de chegarem às manchetes. Elas nascem nas comunidades, nos sítios, nas *milpas*, nos mutirões de trocas de sementes, nas cozinhas onde ainda se preparam receitas herdadas por gerações, em pequenas áreas onde camponeses e povos indígenas seguem cultivando variedades que não existem em nenhum laboratório, nos mercados onde são vendidos produtos livres de agrotóxicos. Ali, onde a agricultura continua sendo um modo de vida e não apenas uma atividade econômica, existe a preocupação com uma tecnologia que até poucos anos atrás era praticamente desconhecida fora dos círculos científicos: a edição gênica.

Enquanto empresas de biotecnologia e setores da pesquisa apresentam essa ferramenta como uma revolução capaz de desenvolver cultivos mais resistentes a doenças, secas ou pragas, em diferentes partes da América Latina a conversa toma um rumo diferente. Tendo convivido por anos com o avanço das monoculturas, a concentração da terra, a contaminação por agrotóxicos e a privatização de sementes, a discussão não gira apenas em torno da precisão de uma nova técnica molecular. A pergunta é muito mais ampla: quem decidirá o futuro das sementes e dos alimentos na região?

Conversamos com David Paredes, da Guatemala, com Olmedo Peñafiel, do Equador, e com Alicia Amarilla, do Paraguai, que concordam que a edição gênica anuncia uma nova etapa na concentração do sistema agroalimentar, justamente em uma região que abriga alguns dos principais centros de origem e diversificação de

cultivos fundamentais para a alimentação mundial. Eles não falam a partir de um laboratório. Falam a partir de seus próprios territórios, e talvez seja por isso que suas perguntas e respostas são diferentes.

“Estávamos apenas começando a entender os transgênicos.” David Paredes trabalha há anos com questões relacionadas à biodiversidade, sementes e políticas agrícolas na Guatemala. Quando começa a falar sobre edição gênica, ele não recorre a explicações técnicas. Em vez disso, descreve um sentimento compartilhado por muitas organizações sociais: “Estávamos apenas começando a entender o que eram os transgênicos, e agora já vem a edição gênica.”

A frase resume uma preocupação com a velocidade com que as tecnologias avançam, superando amplamente os tempos que as sociedades precisam para compreendê-las, debatê-las e decidir coletivamente sobre elas.

Durante anos, diversos movimentos camponeses e indígenas da América Latina se concentraram em explicar o que eram os organismos geneticamente modificados, quais eram suas implicações e por que consideravam necessário detê-los. Em muitos países, essa discussão facilitou debates públicos sobre rotulagem, biossegurança, direitos dos agricultores e agricultoras, e conservação de sementes nativas.

Quando esses conceitos começavam a ser compreendidos por amplos setores da população, surgiram a edição gênica, o CRISPR, novas técnicas de melhoramento, novos organismos, novas regulamentações.

Para David, a dificuldade reside não apenas em entender como essa tecnologia funciona, mas também nas consequências políticas que ela pode ter.

"As pessoas ouvem 'edição gênica' e pensam que é algo completamente diferente dos transgênicos", explica ele. "Mas ambos envolvem intervir no material genético usando ferramentas de engenharia genética." A pergunta segue sendo quais podem ser seus impactos, e quem decide como e para que finalidade serão usados.

Para explicar o conceito, ele usa uma comparação simples. Os transgênicos, diz ele, podem ser entendidos como a incorporação de informação genética de outra espécie. A edição gênica, por outro lado, assemelha-se mais à edição de um texto ou de um vídeo: apagar, substituir ou modificar fragmentos específicos do DNA sem necessariamente incorporar genes externos.

Essa metáfora facilita a compreensão, mas entender a diferença técnica não significa que as perguntas desapareçam, pois o debate não termina no laboratório.

A natureza não é um experimento. David insiste que os ecossistemas não são estruturas estáticas. São processos complexos onde plantas, animais, microrganismos e seres humanos construíram relações de equilíbrio que estão longe de serem totalmente compreendidas.

Portanto, quando se fala de realizar intervenção genética em organismos que fazem parte desses ecossistemas, David considera essencial invocar o princípio da precaução.

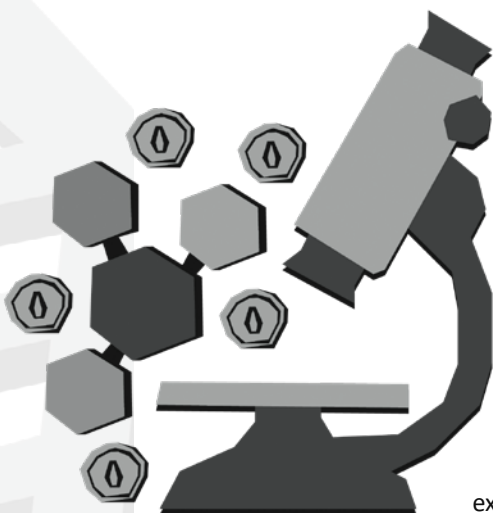
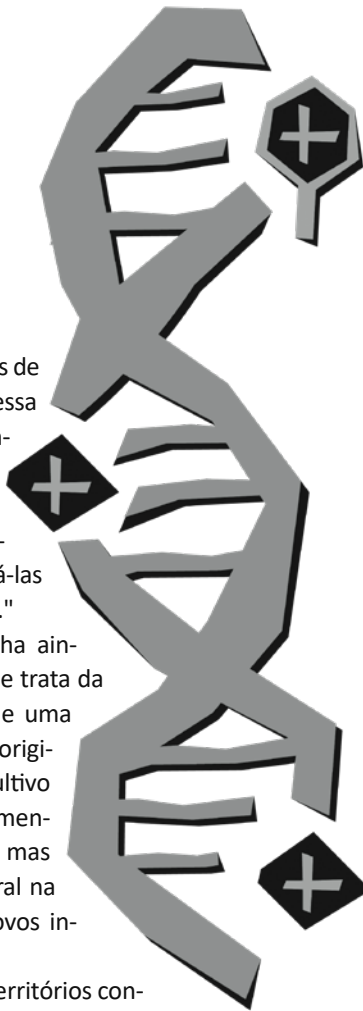
"A natureza levou milhares de anos para desenvolver toda essa diversidade. Ainda não entendemos completamente como essas relações funcionam e, no entanto, acreditamos que podemos modificá-las sem que haja consequências."

A preocupação dele ganha ainda mais relevância quando se trata da Guatemala, que faz parte de uma das regiões onde o milho se originou e se diversificou – um cultivo que não é apenas um dos alimentos básicos do continente, mas também um elemento central na cosmovisão de inúmeros povos indígenas.

Modificar sementes em territórios considerados centros de origem, em sua perspectiva, implica assumir riscos que não podem ser avaliados apenas com base em critérios de produção. "Não estamos falando apenas de uma planta; estamos falando de história, cultura, biodiversidade e processos evolutivos que levaram milhares de anos."

Durante anos, a agricultura industrial tendeu a reduzir a diversidade genética, expandindo variedades comerciais altamente homogêneas. Esta homogeneidade facilita o manejo agrônomo e a produção em larga escala, mas aumenta a dependência de um número limitado de variedades. Isto reduz sua capacidade de adaptação a mudanças ambientais ou novas doenças.

Para aqueles que defendem as sementes nativas, a diversidade não é um obstáculo à produtividade. É uma estratégia de sobrevivência. E essa diversidade, ele lembra, foi tecida por gerações inteiras de camponeses e indígenas, muito antes da existência das empresas de biotecnologia.



Não estamos falando apenas de uma planta; estamos falando de história, cultura, biodiversidade e processos evolutivos que levaram milhares de anos



Alicia Amarilla
(Conamuri, Paraguay)

*Acabou aprofundando
a dependência
dos agricultores
e agricultoras,
enfraquecendo as
economias camponesas
e erodindo a
biodiversidade*

A defesa começa muito antes do laboratório. A mais de 3 mil quilômetros de distância, no Paraguai, Alicia Amarilla escuta sobre edição gênica com a mesma preocupação que sentiu anos atrás em relação às sementes transgênicas.

Camponesa indígena e integrante da Coordinadora Nacional de Organizaciones de Mujeres Trabajadoras Rurales e Indígenas (Conamuri), seu cotidiano se desenrola entre roças agroecológicas, encontros de formação e um projeto comunitário que sintetiza grande parte da resistência camponesa no Paraguai: uma casa de sementes onde mulheres de diferentes comunidades preservam variedades nativas e crioulas.

Antes de responder a qualquer pergunta sobre edição gênica, Alicia prefere explicar o que fazem ali. Fala sobre agroecologia, de planejamento das unidades produtivas e de mulheres organizadas. Fala sobre diversificação de cultivos e, sobretudo, fala de territórios. Porque, para ela, não há como separar uma coisa da outra.

"Falar de agroecologia é falar da luta pelo território. Quando o agronegócio entra em uma comunidade, não leva nem dois anos antes de começar a arrendar todas as terras. Não privatiza apenas a terra, privatiza também a água, as sementes. Destrói toda a biodiversidade que existe."

A edição gênica aparece, então, como mais uma preocupação dentro de um processo já bastante familiar.

"Ainda não compreendemos totalmente a parte científica", admite com honestidade. "Mas, sim, entendemos que é um ataque contra os seres vivos."

Em sua experiência acumulada, as comunidades viram como distintas inovações tecnológicas sempre chegaram acompanhadas de promessas de desenvolvimento, enquanto em seus territórios aumentavam a concentração de terras, a dependência econômica e a perda da diversidade agrícola.

A preocupação de Alicia não nasce de uma oposição abstrata à ciência. Nem há uma desconfiança automática em relação às inovações tecnológicas. Mas a experiência acumulada de comunidades mostra que, por décadas, cada novo pacote tecnológico chegou acompanhado de um discurso de progresso e desenvolvimento que

acabou aprofundando a dependência dos agricultores e agricultoras, enfraquecendo as economias camponesas e erodindo a biodiversidade.

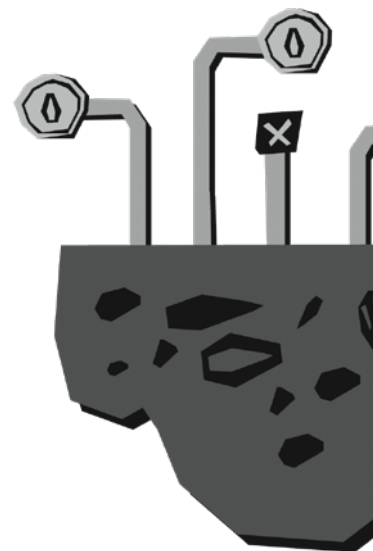
Por isso, quando ouve falar em edição gênica, ela não pensa tanto na biologia molecular, mas sim no cotidiano.

"Com os agrotóxicos, você vê a pulverização e pode confrontá-la, se mobilizar. Mas com a edição gênica, é diferente. Ela atenta contra os seres vivos. Mas é algo que não vemos. E isso a torna ainda mais grave."

A invisibilidade surge como um dos principais novos desafios. Enquanto a pulverização pode ser documentada, denunciada e gerar uma reação imediata na comunidade, a modificação genética permanece oculta para quem cultiva, para quem vende e para quem consome.

Essa invisibilidade, alerta Alicia, chega a dificultar inclusive a organização social. "Como lutamos contra algo que ainda não compreendemos completamente?", reitera.

As sementes também guardam memória. Chega um momento em que Alicia para de falar sobre edição gênica e descreve o trabalho diário na Casa de Sementes da Conamuri. Antes de discutir sobre genes, laboratórios ou regulamentações, ela retorna repetidamente à explicação do que uma semente significa para as comunidades camponesas. Não fala de rendimento ou produtividade. Ela fala de memória. "Resgatar sementes é resgatar conhecimento. É um trabalho de cuidados, feito especialmente pelas mulheres."



Cada variedade que conservam tem uma história. Sabem quem começou a plantá-la, qual família a herdou, quantas gerações a cultivaram e em qual comunidade ela se adaptou. Sabem quais alimentos tradicionais ainda são preparados graças àquela semente.

Há, portanto, uma profunda diferença entre duas formas de compreender a agricultura. Enquanto as empresas registram variedades para proteger os direitos de propriedade intelectual, as comunidades buscam proteger a memória coletiva de cada semente, o que não é um detalhe menor. Essa diferença tem uma forte carga política, pois por trás de cada uma dessas concepções reside uma intenção específica.

Quando a soberania alimentar deixa de ser um conceito. A expressão *soberania alimentar* vem ganhando espaço em debates internacionais, documentos de organizações sociais e até mesmo em algumas políticas públicas. No entanto, raramente adquire tanta clareza quanto quando se escuta aqueles que a praticam diariamente.

Para Alicia, a soberania alimentar começa quando uma família pode guardar parte da sua colheita para replantar. Quando uma comunidade organiza uma feira de troca de sementes.

Quando as mulheres continuam a transmitir saberes sobre as variedades locais. Quando ainda é possível decidir o que produzir sem depender inteiramente de pacotes tecnológicos externos.

"A semente é o começo da alimentação", diz ela. E então acrescenta uma frase que resume toda uma concepção política: "A luta pela semente é uma luta pela vida".

Esta afirmação dialoga de imediato com a experiência equatoriana de Olmedo Peñafiel, agricultor, produtor de arroz e militante. Embora venham de contextos distintos, ambos chegam a conclusões muito similares.

Olmedo observa o problema a partir da prática cotidiana da produção agroecológica. Alicia o faz a partir da perspectiva da organização comunitária. Ambos terminam falando sobre autonomia.

"O agricultor deixa de ser o dono de sua própria semente." Na província equatoriana de Los Ríos, Olmedo Peñafiel dedicou boa parte de sua vida à produção agroecológica de arroz e ao acompanhamento a pequenos agricultores e agricultoras. Sua preocupação com a edição gênica não se resume às possíveis modificações no DNA das plantas. Ele se preocupa com a transformação que essas tecnologias podem gerar na relação entre agricultores e sementes.

Para Olmedo, o problema começou quando a agricultura deixou de produzir sementes e passou a comprá-las. "Antes, os agricultores guardavam parte da colheita para replantar. Hoje, dependem cada vez mais da compra de sementes certificadas, fertilizantes e todo o pacote tecnológico." Olmedo descreve uma profunda mudança na estrutura do sistema alimentar.

Quando um agricultor ou uma agricultora perde a capacidade de reproduzir suas próprias sementes, perde também parte de sua autonomia. Cada nova safra depende do retorno ao mercado para comprar sementes, fertilizantes e agrotóxicos compatíveis, e do cumprimento das condições impostas por aqueles que controlam a tecnologia. "A dependência está crescendo e acaba afetando especialmente a agricultura familiar."

Os pequenos produtores têm menos capacidade econômica para absorver o aumento constante dos custos.



Olmedo Peñafiel Salavarría
(Ecuador)

Há, portanto, uma profunda diferença entre duas formas de compreender a agricultura. Enquanto as empresas registram variedades para proteger os direitos de propriedade intelectual, as comunidades buscam proteger a memória coletiva de cada semente

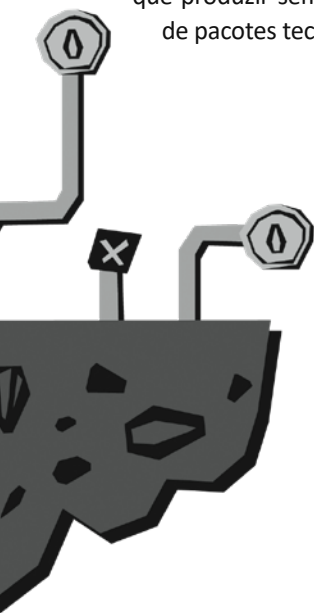




Foto: Leonardo Melgarejo



As companheiras Mariana Nájera, à esquerda, e Vilma Sor, à direita. São integrantes de Serjus, que é uma organização da REDSAG, na Guatemala.

Foto: Leonardo Melgarejo

As perguntas são muito mais profundas: quem produz os alimentos, quem controla as sementes e quem tem o poder de decidir qual modelo agrícola é imposto? As respostas são construídas de baixo para cima

Quem toma as decisões? David, Alicia e Olmedo concordam em algo que raramente ocupa o centro do debate público. Eles não perguntam apenas o que a edição gênica pode fazer. Perguntam quem decide como usá-la.

Em teoria, essa resposta deveria estar nos marcos regulatórios nacionais, mas para as organizações camponesas, a percepção é diferente. Há uma profunda desconfiança em relação aos espaços onde essas decisões são tomadas.

Alicia Amarilla relembra as discussões sobre legislação no Paraguai. Durante anos, várias organizações promoveram propostas para proteger sementes nativas e crioulas. O resultado, segundo ela, foi frustrante.

"Apresentamos projetos de lei para defender nossas sementes, e eles foram engavetados. Depois, as empresas apresentaram seus projetos, e estes avançaram." Hoje, mesmo considerando necessária uma nova legislação, muitas organizações hesitam em impulsioná-la. Não porque tenham desistido na defesa das sementes, mas porque sentem que o clima político lhes é profundamente desfavorável.

Alicia usa uma imagem contundente: "É como acordar o monstro." Esta expressão resume o medo de abrir um debate parlamentar que termine fortalecendo ainda mais os interesses das grandes corporações.

"No momento, não temos aliados", explica. Fala de órgãos de controle onde, em sua opinião, as decisões respondem mais aos interesses corporativos do que à proteção da biodiversidade.

Diante dessa situação, muitas comunidades optaram por uma estratégia diferente. Se as leis não oferecem proteção suficiente, a defesa começa em seus próprios territórios. Em bancos de sementes comunitários, em trocas, na organização e na preservação da memória.

A resistência também se organiza. Se essas conversas revelam algo, é que a discussão sobre edição gênica não se reduz a um debate científico. Nos territórios, as perguntas são muito mais profundas: quem produz os alimentos, quem controla as sementes e quem tem o poder de deci-

dir qual modelo agrícola é imposto? As respostas são construídas de baixo para cima.

Na Guatemala, David Paredes insiste que o principal desafio é evitar que a discussão fique restrita a especialistas ou àqueles que desenvolvem essas tecnologias. "O público precisa saber do que estamos falando", destaca. "Não podemos permitir que as decisões sejam tomadas apenas em espaços técnicos, porque todos vamos sofrer as consequências."

Enquanto a pesquisa científica e os interesses comerciais evoluem rapidamente, a informação, a deliberação pública e a regulamentação avançam em um ritmo diferente. Essa lacuna, alerta ele, acaba levando à tomada de decisões, com enormes implicações sociais, sem suficiente participação cidadã.

No Equador, Olmedo Peñafiel confirma isso. "A maioria dos agricultores ainda não sabe o que significa edição gênica. E se quem produz os alimentos não sabe o que está acontecendo, dificilmente poderão tomar decisões ou defender seus direitos."

Por isso, ele insiste que a informação é uma forma de defender o território. Não basta produzir de maneira agroecológica.

Também é essencial entender como evoluem as políticas agrícolas, as novas tecnologias e as estratégias comerciais do agronegócio.

Para Alicia Amarilla, nenhuma organização pode enfrentar sozinha um processo dessa magnitude. A experiência acumulada durante as campanhas contra os transgênicos lhes ensinou que as vitórias não foram apenas camponesas. Consumidores, cozinheiros, padeiros, jovens universitários, pesquisadores e organizações urbanas participaram.

Ela se lembra com entusiasmo da campanha "Pão e Veneno", lançada para denunciar o uso de trigo associado a pacotes tecnológicos altamente dependentes de agrotóxicos. O mais importante, diz ela, não foi apenas a denúncia. Foi a aliança. "Cozinheiros, padeiros e estudantes universitários se uniram. As pessoas começaram a perguntar o que estavam comendo." A campanha conseguiu estabelecer um diálogo público sobre a origem dos alimentos. "Acho que temos experiência na luta contra os transgênicos. Diante da

edição gênica, também precisamos nos reorganizar, nos unir e buscar alianças com diversos setores. Não apenas camponeses e indígenas. Também com consumidores, cientistas e todas as pessoas que queiram defender a vida."

Esta frase talvez resuma nossa principal descoberta. As comunidades não propõem um confronto entre ciência e agricultura. Elas levantam outras questões: Que ciência? A serviço de quem?

Uma disputa sobre o futuro. A discussão sobre edição gênica não começa no laboratório. Durante milhares de anos, nos territórios, comunidades camponesas e indígenas cuidaram, selecionaram e trocaram sementes, construindo a biodiversidade que hoje sustenta a alimentação do mundo.

Defender as sementes não é apenas defender um recurso biológico. É defender uma forma de conhecimento, uma relação com a natureza e o direito dos povos de decidir o que sustenta suas vidas.

David Paredes, Olmedo Peñafiel e Alicia Amarilla coincidem: o futuro da agricultura não pode ser definido a partir dos laboratórios, corporações ou mercados. A inovação tecnológica levanta questões que também são políticas: quem controla as sementes, quem decide sobre a biodiversidade e quem tem o direito de participar das decisões que transformarão a forma como produzimos nossos alimentos?

O debate sobre a edição gênica não rejeita a ciência, mas questiona em que condições, para benefício de quem e com que limites suas aplicações funcionam. Uma semente não é apenas informação genética: é o resultado de gerações de trabalho coletivo, é memória, é território.

Enquanto isso, comunidades que protegeram a diversidade agrícola durante séculos mantêm viva uma prática essencial: guardar, trocar e plantar sementes para preservar a possibilidade de que os povos sigam decidindo sobre sua alimentação, seus territórios e seu futuro.

Como nos lembra Alicia Amarilla, "a semente é o princípio da alimentação". E esta frase resume uma questão que permanece em aberto: quem decidirá quais sementes existirão amanhã? 🌱

O CRIME PRINCIPAL É O SILÊNCIO DIANTE DO CRIME

JOSÉ GODOY E EVANGELINA ROBLES
(Colectivo por la Autonomía)

16

Se as sementes representam o acervo e a garantia fundamental da alimentação que os povos foram tecendo coletivamente ao longo de milhares de anos, então elas são essencialmente bens comuns. Isto demonstra e nos ensina que existem direitos que são coletivos e são dos povos, e não podem ser privatizados, ou seja, separá-los do coletivo, da comunidade, do comum. As sementes são como a língua, os saberes e os territórios. O Tribunal Permanente dos Povos (TPP) afirmou isso em sua sessão de janeiro de 2026 em Cartago, Costa Rica: “Não há povos sem sementes, nem sementes sem povos”.

Em 1945, há 81 anos, foi formada a ONU. Há 50 anos, adotou-se a Declaração de Argel. A primeira foi a Organização das Nações Unidas, representada por seus Estados-membros. A segunda, foi promulgada como Carta dos Povos e, de certa forma, alerta sobre as insuficiências da própria ONU. Na época, buscou-se manter a legitimidade de uma assembleia de Nações, e preservar a paz e a segurança diante do totalitarismo e dos estragos da Segunda Guerra Mundial. Quando a ONU surgiu, a “universalidade” era constituída pelos Estados-nação. Mas reconhecer os Estados não necessariamente significa reconhecer os territórios, as línguas, as formas de organização, a autonomia, o governo e a cultura dos povos que, como se viu, foram excluídos até mesmo do sistema internacional de direitos humanos.

No momento da Declaração de Argel, havia indignação com as guerras subsequentes, como a do Vietnã, e com os regimes totalitários na América Latina.

Quão oportuno foi manter a visão de que se tratava da “Declaração Universal dos Direitos dos Povos”, evidenciando as limitações dessas nações frente aos povos que, em seu processo de conformação e suposta universalidade, se transformaram em opressoras dos povos e de sua diversidade. É por isso que a Declaração de Argel começa afirmando em seu primeiro artigo: “Todo povo tem o di-



reito de existir” e conclui com o artigo 30: “O restabelecimento dos direitos fundamentais de um povo, quando são gravemente ignorados, é um dever que se impõe a todos os membros da comunidade internacional”.

Agora, se compreende melhor a necessidade da Declaração de Argel. Os povos criticam as limitações da ONU e de seus mecanismos para deter os genocídios sofridos em todo o mundo. E os povos, muitos deles indígenas, propõem seu próprio reconhecimento à existência, o fim dos genocídios, o cuidado com os territórios e com a Mãe Terra, a soberania alimentar e as sementes como fundamento para a reprodução da vida, e uma outra agenda de unidade e solidariedade entre os povos. Uma agenda que difere muito da competição, da desconfiança, do livre mercado e até mesmo da propriedade defendida pelos Estados em sua ânsia de competir com base em indicadores macroeconômicos e em sua capacidade de travar guerras, inclusive nucleares.

Paralelamente, surgiram processos como o do Clube de Roma que evidenciava outra limitação dessa união de nações com suas conquistas de crescimento e desenvolvimento (ou subdesenvolvimento, como é o caso).

Na época, o Clube de Roma alertou para os limites dessa visão desenvolvimentista que levaria à desigualdade e à destruição dos territórios, justamente às custas dos povos, ao fomentar a industrialização e a urbanização globais.

O problema do Clube de Roma era que sua perspectiva intelectual estava muito à frente da situação política da época. A maioria dos políticos europeus estava tão envolvida na reconstrução pós-guerra que até mesmo considerar os riscos do desenvolvimento parecia excessivo, como nos conta Gianni Tognoni, secretário do TPP. Eram necessárias organizações que pudessem se unir para a elaboração de documentos técnicos e permitissem imaginar ou prever quais eram as implicações econômicas diretas do que o Clube de Roma propunha. O Clube de Roma foi o primeiro a declarar que, se o modelo liberal não fosse corrigido, tudo fracassaria.

Perguntamos a Gianni Tognoni sobre as origens do Tribunal Permanente dos Povos, a propósito do aniversário da Declaração de Argel. Para a Europa, a Guerra do Vietnã demonstrou que os Estados Unidos seguiam com suas políticas imperialistas. Pensadores, notadamente Russell e Sartre, insistiam em destacar os crimes de guerra e a resistência frente a isso. Sartre argumentava que "o principal crime é o silêncio diante do crime". Que, enquanto todos são testemunhas do que está acontecendo e os governos permanecem em silêncio diante do poder, é necessário que os povos tomem a palavra.

Assim, convocaram aqueles que haviam sido protagonistas nas guerras de libertação contra o nazismo na Europa para se reunirem em um grupo que pudesse ser especificamente um tribunal de opinião, e propuseram um na França. Mas De Gaulle disse que era impossível criar um tribunal dos povos que fosse independente, e opinasse e defendesse os povos frente aos Estados, o que demonstrava que ele compreendia perfeitamente a situação. Mas não foi possível fazê-lo ali.

Quando surgiram as ditaduras na América Latina, muitos intelectuais pediram a Lelio Basso, que havia participado do Tribunal Russell I sobre o Vietnã, que participasse, dada a sua liderança no movimento de resistência na Europa e por ser praticamente a única figura independente.

Naquela época, o problema era a dependência em relação a determinados Estados. Ser independente dos governos também permitia a participação de pessoas da América Latina, e de outros movimentos e povos. Outra decisão importante foi não considerá-lo um tribunal político. Todas as forças que desejassem participar eram bem-vindas, e a Igreja da Libertação também não podia ser excluída. Para os tipos puramente políticos, "isso era *light*". Gianni nos conta: "Lembro-me de que, quando estávamos começando as sessões do Tribunal Russell na América Latina, tudo estava previsto para começar em Roma, e havíamos solicitado e convidado a Fundação Russell. Mas dez dias antes do início, chegou um comunicado dizendo que "não permitimos o uso do nome de Russell na iniciativa porque vimos que há bispos no júri, já que Lelio Basso se reunia com bispos como Samuel Ruiz, com pessoas ligadas a movimentos de libertação". Gianni Tognoni recorda: "Então, me enviaram diretamente para a Inglaterra para discutir o assunto com o pessoal da Fundação e, no fim, eu os convenci da nossa forma de ver o mundo. Com o Tribunal Russell foram realizadas três sessões na América Latina, e elas foram muito importantes porque representaram a primeira iniciativa internacional que destacou a ausência de uma opinião pública internacional dos partidos políticos (já que, naquela época, os partidos políticos eram a estrutura mais importante da sociedade, com uma perspectiva muito mais nacional e menos internacional). Apresentar isso como um ponto crítico foi muito importante. E ele continua. E quando, em abril de 1976, a Declaração Universal dos Direitos dos Povos foi publicada em Argel, todo um grupo, pela primeira vez (já que nesse momento os países não alinhados estavam em crise), considerou o que poderia ser feito do ponto de vista jurídico. Esses juristas já estavam profundamente preocupados e lutando para implementar os princípios da declaração universal dos direitos humanos individuais, enquanto emergia um novo colonialismo. Assim, alguns entenderam que o tribunal se propunha a ser algo que não nascia externo aos processos legais, mas que se propunha como uma ferramenta fundamental para todos os povos que acreditavam que o problema dos direitos humanos deveria abranger os direitos coletivos dos povos, que exigia apoio internacional e que deveria vincular-se ao problema das opressões.

Por todas essas razões, 50 anos depois continuamos invocando a Declaração de Argel e recorremos a ela por meio do TPP para a defesa fundamental dos povos, suas sementes, sua língua, sua soberania alimentar e a autonomia como fundamento de nossa existência. ✊



17



Cartazes do Tribunal Permanente dos Povos

Mais uma ameaça para o campo: uma nova banana transgênica

ELIZABETH BRAVO

Como se sabe, o Equador foi constitucionalmente declarado um país livre de transgênicos. É também o maior exportador mundial de bananas. Mas agora se anuncia que uma banana transgênica, resistente à doença conhecida como FocR4T, poderia ser aprovada.

É uma banana transgênica desenvolvida pela Universidade de Tecnologia de Queensland, na Austrália, e é conhecida como variedade Queensland QCAV-4.

Essa é uma chamada de alerta para todos os países produtores de banana da região.

Contexto histórico. Na primeira metade do século XX, todas as variedades de banana cultivadas em escala industrial eram clones da variedade Gros Michele. Esta variedade foi substituída na década de 1950 pela variedade Cavendish devido ao surgimento da murcha da bananeira, o mal-do-panamá, provocada pelo fungo patogênico *Fusarium oxysporum* Raça 1, que dizimou as populações de Gros Michele na América Latina tropical.

Devido às características desta variedade, a banana Cavendish facilitou ainda mais o controle corporativo das plantações de banana. Mas a resistência ao *Fusarium* R4 pode surgir após apenas algumas gerações da liberação no ambiente da banana transgênica resistente.

Esse fungo continuou a sofrer mutações e, há alguns anos, a Raça

4 do *Fusarium* (conhecida como *Fusarium* R4T ou FocR4T) apareceu no Sudeste Asiático, infectando também a banana Cavendish.

Alguns fatos sobre o patógeno. A variabilidade genética dos fungos fitopatogênicos é notavelmente alta. Esse é um fator chave em sua capacidade de causar doenças nas plantas. Eles conseguem se adaptar a novos ambientes e superar a exposição a fungicidas. Esta diversidade permite que evoluam rapidamente e superem as defesas das plantas que colonizam e infectam.

Isso contrasta fortemente com a baixíssima diversidade genética da banana comercial. Cerca de 99% das bananas comerciais são da variedade Cavendish, pois são reproduzidas por clonagem em vez de sementes. Por serem clones, as bananas podem ser cultivadas como se fossem fábricas a céu aberto, o que é bom para a indústria, pois tudo é previsível: o sabor, a época de amadurecimento e de colheita, quando toda a plantação adquire exatamente a mesma cor quando pronta para o consumo — porque todas são clones.

Mas o que é bom para o agronegócio faz com que as plantações de banana não tenham capacidade de desenvolver defesas naturais contra os patógenos. Qualquer doença, fungo ou praga pode atacar e dizimar uma plantação. Isto explica a grande quantidade de agrotóxicos usados nas plantações de banana.

O Equador foi constitucionalmente declarado um país livre de transgênicos. É também o maior exportador mundial de bananas. Mas agora se anuncia que uma banana transgênica, resistente à doença conhecida como FocR4T, poderia ser aprovada



Há, portanto, um forte contraste entre a base genética muito restrita da banana e a grande variedade e mutabilidade do agente causador da doença que precisa ser controlada, o que poderia significar que esses novos clones de banana geneticamente modificados poderiam se tornar suscetíveis à doença em apenas algumas gerações.

Não temos certeza se essa nova geração de bananas geneticamente modificadas, desenvolvida na Austrália, se adaptará aos solos e ecossistemas da América Latina, e não sabemos qual será a aceitação por parte dos consumidores, que buscam na banana uma fruta saudável e de alta qualidade. 🍌



Aqui NÃO!

Grito de alerta e resistência contra a instalação de uma fábrica de produção de amônia em Topolobampo, Sonora, México

O portal autogestionado de notícias online *desinformemonos.org* tem documentado a luta das comunidades Mayo-Yoreme, nas baías de Ohuira e Topolobampo, contra a instalação de uma fábrica de produção de amônia pela “Gas y Petroquímica de Occidente (GPO)”, do conglomerado suíço-alemão Proman.

Gloria Muñoz, coordenadora do *desinformemonos.org*, nos conta: “A baía de Ohuira, no Golfo da Califórnia (conhecido pelo nome colonial de Mar de Cortez), faz parte do sistema lagunar de Topolobampo, onde se localiza o porto, principal ponto de conexão marítima com a Baja California Sur. Em um passeio de barco pela baía é possível observar uma grande diversidade de aves migratórias e o principal produto é o camarão-café-do-norte. Há caranguejos azul e café, ostras de diferentes espécies e peixes como o roncadour, o robalo e o pargo. As tartarugas sempre aparecem, pois essa é sua zona de alimentação, incluindo a tartaruga-de-pente, em risco crítico de extinção, a tartaruga-oliva e a tartaruga-preta. Baleias também são avistadas durante o inverno. O ostraceiro americano sobrevoa a região, e a iguana-preta aparece entre as rochas [...] ‘A GPO, uma empresa transnacional suíça com capital do Banco Alemão de Desenvolvimento, afirma que produzirá até 800 mil toneladas anuais de amônia com um investimento histórico de 1,8 bilhão de dólares que, assegura, gerará benefícios econômicos significativos para fornecedores, comércio, transportadores e serviços de hospedagem em Los Mochis e Topolobampo.’ E a fábrica ‘deverá contribuir para o fortalecimento da cadeia agrícola e da segurança alimentar do país, coexistindo harmoniosamente com o turismo e o consumo local’.”

Mas os depoimentos dos indivíduos e grupos que tomaram conhecimento da iminente instalação são muito reveladores, e suas vozes são documentadas pelo *desinformemonos.org*, apesar das pressões que demonstram que o projeto é uma prioridade para o governo mexicano, independentemente das consequências.



Os Mayo-Yoreme defendem seu território.
Foto: Gloria Muñoz Ramírez

Desde 2017, explica Claudia Susana Quintero Sandoval, mulher Mayo-Yoreme da comunidade de Ohuira e uma das vozes do ¡Aquí NO! (Aqui Não!), movimento que marcou um ponto de virada em sua vida individual e coletiva, "as comunidades vimos que haviam derrubado manguezais, drenado, e haviam impactado uma área rochosa onde os pássaros faziam ninhos". Descobrimos isso porque um governador tradicional do centro cerimonial de San Ignacio Loyola, em Lázaro Cárdenas, entrou com uma ação judicial por falta de consulta aos povos indígenas. Essa autoridade tradicional mantinha seu povo muito subjugado, e então pensamos: 'finalmente, ele fez algo bom', porque conseguiu uma liminar permanente. Foi aí que descobrimos do que se tratava o projeto – uma fábrica de amônia – e começamos a investigar."

O Coletivo ¡Aquí NO! reúne pescadores, acadêmicos, membros de cooperativas, a federação de pesca, operadores turísticos, donos de restaurantes e ONGs locais. "Então, as comunidades originárias abraçamos o movimento", conta Susana.

Ela nos conta a história da luta do povo contra o monstro produtor de amônia, que pode acabar convertendo a região em mais uma zona de sacrifício, como outras ao redor do mundo.

"É uma fábrica para produzir 2.200 toneladas de amônia por dia em Topolobampo." O projeto também visa armazenar 75 mil toneladas em três tanques de 25 mil toneladas e bombear mais de dois mil metros cúbicos de água por minuto da nossa baía. Eles pretendem dessalinizar a água, passá-la por suas turbinas, aquecê-la e depois despejá-la de volta no mar, mais salgada e

com mais produtos químicos, mais quente, em uma baía da qual três comunidades dependemos. Uma baía que é o nosso lugar sagrado."

O *desinformemonos.org* também conversou com Diana Escobedo Urías, doutora em Ciências Marinhas pelo Instituto Politécnico Nacional (IPN), com mais de 30 anos de experiência pesquisando esse sistema lagunar costeiro. Ela descreve com precisão os riscos que a fábrica de amônia representa para a área: "É uma afronta e um risco de perda de produtividade para a atividade pesqueira, além dos riscos ambientais e culturais, e dos riscos para a população. Cada tonelada de amônia liberaria 1,4 ou 1,5 toneladas de CO² na atmosfera, em um momento em que as mudanças climáticas estão causando sérios problemas para a humanidade." Segundo a legislação mexicana, alerta a especialista, a empresa teve que apresentar uma Manifestação de Impacto Ambiental (MIA), "que geralmente destaca os aspectos positivos da empresa e minimiza os impactos negativos, pois é elaborada por consultorias pagas pelas próprias empresas." Mas também tiveram que apresentar um estudo de riscos ambientais que simula os diferentes cenários de risco possíveis em condições normais de operação, e esse estudo revelou 33 cenários de risco, oito dos quais foram classificados como inaceitáveis.

De acordo com os cenários descritos por Escobedo, o mais catastrófico seria o rompimento do duto de amônia que abastece o cais da refinaria de petróleo da Pemex. Um rompimento que provoque um vazamento de cinco minutos criaria uma nuvem tóxica provocando morte imediata de humanos alcançando um raio de quatro quilômetros,



ferimentos gravíssimos em um raio de 14,5 quilômetros e um impacto radial de até 45 quilômetros.

Escobedo ressalta que "no caso de um vazamento de amônia, há também um efeito catastrófico no sistema lagunar. A amônia é uma substância corrosiva que sufoca os organismos imediatamente, provoca queimaduras e torna a fuga impossível."

A pesquisadora e sua equipe vêm realizando estudos na baía desde 1987. Em seu estudo mais recente, trabalharam com larvas de camarão, ostra, *iguana preta México* e peixe, já que essa área apresenta a maior concentração de larvas em toda a laguna. "A extração de água que a GPO pretende realizar, somente em relação ao camarão-café-do-norte pode causar um colapso na pesca de até 500 ou 600 toneladas por ano, quando a produção total é de 900 toneladas", alerta.

A todas essas irregularidades somam-se as decorrentes de consultas manipuladas. "O povo Mayo-Yoreme que se opõe à GPO desqualifica a consulta realizada após o início das obras. Essa consulta foi uma resposta às ações judiciais impetradas, uma vez que os povos indígenas não haviam sido levados em consideração. A Suprema Corte de Justiça da Nação (SCJN) a determinou em 2022", explica o governador tradicional Yoreme, Felipe Montalvo, "e nós concordamos em realizá-la para não infringir a ordem judicial, mas ela já não tinha as características da boa-fé, nem era livre, nem informada, nem culturalmente adequada."

Então, ele relata: "os abusos se abateram sobre nós em cascata: 'compra de consciências, duplicidade dos governadores tradicionais, que divulgaram apenas as informações que queriam e fizeram a consulta em áreas não afetadas'. Nos depoimentos das quatro comunidades indígenas (Paredones,



Lázaro Cárdenas, Juan José Ríos e Ohuira), 'não houve consentimento, não aceitamos o projeto, portanto ele não deveria ter sido instalado, mas sim cancelado por completo. Mas isso não aconteceu; o projeto prosseguiu, com o apoio dos governos municipais, estaduais e federal de todos os partidos'".

O que é mais perturbador é que a Presidência da República vende o projeto da fábrica de amônia como uma demonstração de soberania do México diante da pressão para importar fertilizantes em vez de produzi-los. Em entrevista ao *desinformemonos*, a pesquisadora Ana de Ita destaca: "O fato de 2,2 mil toneladas de amônia serem produzidas em Sinaloa pela GPO, subsidiária da empresa suíça Proman, para serem utilizadas na produção de fertilizantes, não significa que o país seja mais soberano. Além disso, a GPO esclareceu que o principal destino de sua produção é a exportação para os Estados Unidos, de onde o México importará novamente para suprir parte de sua demanda interna."

Em resumo, para a diretora do Centro de Estudios para el Cambio en el Campo Mexicano (Ceccam), "a espoliação de territórios indígenas e de pescadores por uma empresa transnacional nada tem a ver com soberania alimentar." ✎

Oposição à fábrica de amônia.
Foto: Gloria Muñoz Ramírez

O Coletivo ¡Aquí NO! reúne pescadores, acadêmicos, membros de cooperativas, a federação de pesca, operadores turísticos, donos de restaurantes e ONGs locais. "Então, as comunidades originárias abraçamos o movimento"

<https://desinformemonos.org/comunidades-reactivan-rechazo-a-planta-de-amonia-co-en-bahia-de-ohuira/>

Abortos espontâneos e hipotireoidismo em populações rurais argentinas rodeadas de cultivos pulverizados com agrotóxicos

Damián Verzeñassi,
Facundo Fernández,
Daniela Madanes,
María Agustina Etchegoyen,
Guillermo E. Hough,
Alejandro Vallini



Nos acampamentos de saúde contra os agrotóxicos. Foto: INSSA

Desde o Instituto de Saúde Socioambiental da Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Nacional de Rosario, queremos compartilhar nosso mais recente [trabalho de pesquisa](#), publicado recentemente na [Revista de Salud Pública de la UNC](#).

O estudo analisa dados de nove localidades da região agroindustrial da Província de Santa Fé, obtidos através dos Acampamentos de Saúde. A amostra incluiu 6.497 mulheres entre 18 e 70 anos, que relataram histórico de abortos espontâneos e hipotireoidismo entre 2008 e 2018.

Essas localidades foram selecionadas para o estudo devido à sua intensa atividade agrícola, já que até 80% de suas terras são dedicadas à produção de cultivos pulverizados com agrotóxicos.

Nos últimos anos, aumentou a preocupação com o impacto da contaminação ambiental na saúde sexual e reprodutiva, bem como com a exposição a substâncias químicas ambientais durante a gravidez e sua relação com doenças que se manifestam na vida adulta. Diversos estudos demonstraram que o ambiente intrauterino é o primeiro ponto de contato com xenobióticos, uma vez que

certas substâncias podem passar da mãe para o feto em desenvolvimento através da placenta. Nesse sentido, o presente estudo mostrou que a taxa de abortos espontâneos no primeiro trimestre da gravidez aumentou 2,4 vezes em povoados pulverizados durante o período de 2008 a 2018.

Numerosos estudos destacam a relação entre a exposição ambiental a agrotóxicos e abortos espontâneos no primeiro trimestre, sendo as alterações do sistema endócrino um dos principais mecanismos subjacentes a esses. Nesse sentido, o estudo mostrou que a incidência de hipotireoidismo nessas comunidades aumentou 2,5 vezes durante o mesmo período.

Essa relação foi identificada faz tempo, em um relatório de 2019 da Autoridade Europeia para a Segurança dos Alimentos (EFSA), onde já se alertava sobre os efeitos de 128 ingredientes ativos em agrotóxicos, revelando que 71 deles tinham impacto no desenvolvimento do hipotireoidismo.

Esse estudo permitiu identificar epidemiologicamente uma associação significativa entre a presença de hipotireoidismo e a frequência de abortos espontâneos no primeiro

trimestre da gravidez, com um aumento de 40% na probabilidade de abortos espontâneos em mulheres com hipotireoidismo, em comparação com aquelas sem essa condição. Além disso, esse aumento significativo na frequência de hipotireoidismo entre 2008 e 2018 na população estudada apresentou um padrão temporal notavelmente semelhante ao aumento observado nas taxas de perda gestacional na mesma população.

Os resultados desse estudo, em conjunto com evidências previamente disponíveis, respaldam a hipótese de que o aumento na proporção de abortos espontâneos nas últimas décadas na região poderia estar relacionado à expansão do modelo agroindustrial baseado no uso intensivo de agrotóxicos. 🌱

<https://revistas.unc.edu.ar/index.php/RSD/article/view/49768/54386>

Contatos:

Damián Verzeñassi:
+54 3413 548550
Facundo Fernández:
+54 2477 623470

Instagram: @saludsocioambiental

Honduras

e a situação de violência sem fim

Segundo relatos de diversos jornais e veículos de comunicação hondurenhos, e uma reportagem da Proceso Digital, “pelo menos 77 pessoas perderam a vida em 16 incidentes classificados como massacres registrados em diferentes regiões de Honduras entre janeiro e junho de 2026, de acordo com uma contagem de casos ocorridos em vários departamentos do país”.

Em 10 de janeiro, três pessoas foram mortas em Olanchito, Yoro. Em 17 de fevereiro, “um massacre em La Masica, Atlántida, deixou cinco mortos”. Em março, três pessoas morreram em San Andrés, Lempira, quatro pessoas morreram em El Progreso, Yoro, e cinco pessoas perderam a vida em Sulaco, Yoro.

“Em abril, a escalada da violência continuou com massacres em Danlí, El Paraíso, e Villeda Morales, Gracias a Dios, ambos com três mortes”.

Em 24 de abril, houve um ataque à comunidade de Cayo Rojo, em Catacamas, Olancho, que deixou cinco mortos.

O ápice ocorreu em maio, com três massacres, cada um resultando em três mortes (em San Pedro Sula, Nacaome, em Valle, e Tegucigalpa). Mas o pior aconteceu em 21 de maio, em Trujillo, Colón, onde 20 pessoas morreram, e em Corinto, Cortés, onde outras sete morreram. “Dias depois, novos massacres foram relatados em La Lima, Cortés, com quatro vítimas, e em El Progreso, Yoro, onde três pessoas foram mortas.”

<https://proceso.hn/honduras-registra-al-menos-77-victimas-en-16-masacres-durante-los-primeros-meses-de-2026/>

Frente a essa situação, a Via Campesina Honduras denunciou, em um comunicado, o massacre de camponeses e camponesas na comunidade de Rigos, em Colón. “A Via Campesina Honduras condena veementemente este ato brutal que abala todo o país, e que demonstra a vulnerabilidade e a falta de segurança em que vivem nossas comunidades camponesas”. A vida de jovens, filhos de membros das empresas camponesas do Movimiento Campesino de Rigos, foi arrebatada. Até o momento, 17 homens e 3 mulheres (5 dos quais menores de idade) foram covardemente assassinados. A violência não pode continuar. A impunidade não pode continuar neste país”.

Investigação completa, independente e imparcial dos acontecimentos, com resultados públicos e prestação de contas à sociedade.

Captura imediata e julgamento dos responsáveis material e intelectualmente pelo massacre.

Garantias de segurança para xs familiares das vítimas e para toda a comunidade de Rigos.

Presença institucional efetiva nos territórios afetados por conflitos agrários, não apenas quando os corpos já estão no solo.

Paralisar o avanço de legislação que criminaliza a defesa do território camponês e indígena.

Reconhecimento público do vínculo entre a concentração de terras nas mãos do agronegócio e a violência sofrida pelas comunidades rurais hondurenhas.

A luta pela terra é legítima. Defender a vida não é crime. Enquanto o agronegócio continuar a ser mais valorizado do que o campesinato, permaneceremos de pé, organizadxs.

Como se não bastasse, em 6 de julho de 2026 ocorreu um despejo na comunidade Garífuna de San Juan Tela, onde centenas de policiais perseguiram moradores e prenderam cinco defensores da **Organización Fraternal Negra Hondureña (Ofraneh)**, uma situação extremamente preocupante, pois há um histórico de desaparecimentos forçados de jovens Garífunas nos quais se suspeita da participação de entidades policiais.

Dos territórios indígenas e ancestrais, bem como do movimento social, camponês e no qual lutamos, nos manifestamos contra o violento despejo da comunidade Garífuna de San Juan Tela. A declaração foi assinada por mais de 30 organizações e movimentos da sociedade civil hondurenha. Entre suas reivindicações, afirmam:

“Denunciamos o uso de gás lacrimogêneo, as ameaças, os disparos com munição real, e as múltiplas agressões e violações dos direitos humanos que caracterizam este despejo.

Repudiamos este ataque, que se soma à política de espoliação e extermínio contra o povo Garífuna, implementada com a cumplicidade do Estado.”

“Denunciamos que a recente aprovação e implementação da “Lei de Fortalecimento do Agronegócio, Projetos de Energia, Turismo, Pecuária e Pequenos Produtores Agrícolas”, vem para endossar a espoliação dos territórios ancestrais e dos direitos fundamentais dos povos indígenas e Garífuna, reconhecidos por organizações internacionais.” ✊

A revista *Biodiversidade, sustento e culturas* em versão digital está disponível em:

www.grain.org/biodiversidad e em www.biodiversidadla.org/Revista

A Alianza Biodiversidad também produz Biodiversidad en América Latina:

<http://www.biodiversidadla.org>

A Alianza atualmente é composta por movimentos e organizações chave que estão ativos nestes temas na região:

Acción Ecológica, Equador (<http://www.accionecologica.org>)

Asociación Nacional de Fomento a la Agricultura Ecológica (Anafae), Honduras (www.anafae.org e www.redanafae.com)

BASE-IS, Paraguai (<http://www.baseis.org.py/>)

Campaña Mundial de la Semilla de La Vía Campesina América Latina (<http://www.viacampesina.org>)

Centro Ecológico, Brasil (<https://centroecologico.org.br/>)

CLOC - Coordinadora Latino-americana de Organizações do Campo (<http://www.cloc-viacampesina.net/>)

Colectivo por la Autonomía - COA, México (<http://colectivocoa.blogspot.com/>)

GRAIN (<http://www.grain.org>).

Grupo ETC, México (<http://www.etcgroup.org>)

Grupo Semillas, Colômbia (<http://www.semillas.org.co>)

REDES - Amigos de la Tierra, Uruguai (<http://www.redes.org.uy>)

Red de Coordinación en Biodiversidad, Costa Rica (<http://redbiodiversidadcr.info/>)

Sites temáticos:

<http://www.farmlandgrab.org/> e <http://www.bilaterals.org/>

A Alianza Biodiversidad convida a todas as pessoas interessadas em defender que a biodiversidade permaneça nas mãos dos povos e comunidades a apoiar seu trabalho de articulação. Os fundos arrecadados através das doações se destinarão a fortalecer os circuitos de distribuição da revista *Biodiversidade, sustento e culturas*, assim como sua impressão nos diferentes países em que trabalha a Alianza. Os convidamos a colaborar acessando a página: http://www.biodiversidadla.org/Principal/Secciones/Campanas_y_Acciones/DONAR_-_Alianza_Biodiversidad

Biodiversidade, sustento e culturas é uma revista trimestral (quatro números por ano). A versão eletrônica é distribuída gratuitamente para todas as organizações populares, ONGs, instituições e pessoas interessadas.

Para recebê-la em formato digital, favor enviar um e-mail com sua solicitação para:

Henry Picado

rcbcostarica@gmail.com

